

DOSSIÊ PSICOLOGIA, POLÍTICA E SEXUALIDADES: CRISES, ANTAGONISMOS E AGÊNCIAS

Adjetivar a Psicologia?

Sofia Favero*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5179-1154>

Daniel Boianovsky Kveller**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9158-0220>

RESUMO

Este artigo analisa recentes iniciativas que têm interpelado o campo da psicologia clínica desde a perspectiva dos marcadores sociais da diferença, especialmente aquelas que se “adjetivaram” para fazer frente à suposta neutralidade da psicologia tradicional (psicologia feminista, psicologia preta, psicoterapias afirmativas etc.). Inicialmente, mapeia algumas dessas iniciativas, identifica seus objetivos e aponta suas estratégias de oposicionalidade. A seguir, a partir de um compilado de críticas lançadas a políticas de identidade em diferentes momentos históricos, elenca possíveis desafios, limites e riscos envolvidos nessas novas propostas: seriam as psicologias adjetivadas uma nova forma de essencialismo? Poderiam realmente evitar a reprodução acrítica de normatividades no espaço clínico? Que tipo de promessa terapêutica é veiculado por essas psicologias ao se adjetivarem? Em busca de evitar vícios analíticos, que saúdam prematuramente o aparecimento dessas perspectivas ou as rechaçam sob acusações de essencialismo, procura-se considerar o efeito que tais abordagens provocam na saúde mental enquanto um espaço de subjetivação. Por último, os autores oferecem sua visão sobre esse recente debate e sugerem algumas direções para novas pesquisas.

Palavras-chave: psicologia, política, identidade, diferença.

Psychology with Adjectives?

ABSTRACT

This article analyzes recent initiatives that have challenged the field of clinical psychology from the perspective of social markers of difference, especially those that have “incorporated adjectives” to oppose the supposed neutrality of conventional psychology (feminist psychology, black psychology, affirmative psychotherapies, etc.). First, the article describes some of these initiatives, identifies their objectives, and points out their oppositional strategies. Then, building on a compilation of criticisms targeted at identity politics in different historical moments, it lists possible challenges, limits, and risks involved in these new proposals: are “adjectivated psychologies” a new form of essentialism? Can they avoid the uncritical reproduction of normativities in clinical practices? What kind of therapeutic promises are conveyed by these psychologies when they incorporate adjectives? In an attempt to avoid paranoid readings, which either prematurely welcome these initiatives or reject them under accusations of essentialism, this article seeks to consider their effects as new technologies of subjectivation in the field on mental health. Finally, the authors offer their own opinion on the subject and suggest directions for further investigations.

Keywords: psychology, politics, identity, difference.

¿Adjetivar la Psicología?

RESUMEN

Este artículo analiza iniciativas recientes que han cuestionado el campo de la psicología clínica desde la perspectiva de los marcadores sociales de la diferencia, especialmente aquellas que se han “adjetivado” para enfrentar la supuesta neutralidad de la psicología tradicional (psicología feminista, psicología negra, psicoterapias afirmativas, etc.). Primero, el artículo describe algunas de estas iniciativas, identifica sus objetivos y señala sus estrategias de oposición. Luego, a partir de una recopilación de las críticas lanzadas a las políticas de identidad en distintos momentos históricos, enumera los posibles desafíos, límites y riesgos que implican estas nuevas propuestas: ¿Acaso las “psicologías adjetivadas” son una nueva forma de esencialismo? ¿Pueden realmente evitar la reproducción acrítica de normatividades en el espacio clínico? ¿Qué tipo de promesa terapéutica transmiten estas psicologías cuando incorporan adjetivos? Buscando evitar vicios analíticos, que acogen prematuramente el surgimiento de estas perspectivas o las rechazan bajo acusaciones de esencialismo, se busca considerar el efecto que tales enfoques tienen sobre la salud mental como espacio de subjetivación. Finalmente, los autores ofrecen sus puntos de vista sobre este debate reciente y sugieren algunas direcciones para futuras investigaciones.

Palabras clave: psicología, política, identidad, diferencia.

Introdução: Um Problema de Escuta?

Em uma matéria da BBC Brasil de 2021, a iniciativa *PerifAnálise* é apresentada como um coletivo de psicanalistas críticos ao elitismo na profissão. Essa não seria a primeira vez que os altos custos do tratamento e da formação analítica seriam postos em xeque, sendo essa uma crítica que tem acompanhado a leitura de diversos analistas latino-americanos há décadas (Pellegrino, 1982; Cuellar, 2012).

A reportagem, da jornalista Carrança (2021), vai além, abordando o efeito do elitismo no exercício da escuta clínica que, distanciada das questões locais, acabaria se tornando insensível às particularidades dos processos de saúde mental e adoecimento psíquico no contexto brasileiro. *Achei que estava em um país nórdico* – afirma um dos entrevistados pela BBC, referindo-se à sua experiência em um espaço de formação conhecido no cenário analítico paulista. A saída encontrada pela *PerifAnálise* foi a de romper com essa homogeneidade, apostando na junção da história de três analistas que, além das muitas dificuldades relacionadas à falta de condições materiais para finalizar a formação, incomodavam-se com o fato de que esse problema não era nem mesmo nomeado em algumas das instituições por onde circulavam.

Na véspera e sequência das eleições de 2018, frente ao fortalecimento dos discursos racistas, machistas e homofóbicos na política brasileira, outros coletivos começaram a posicionar-se publicamente. Ganham visibilidade propostas mais ou menos organizadas, individuais e coletivas, de psicologias feministas, pretas, *queer*, afirmativas. Embora se refiram mais contundentemente à psicanálise, esse fenômeno não se encontra restrito ao campo fundado por Freud, podendo ser observado em outras vertentes da psicologia clínica. É como se essas diferentes tradições, apesar de todas as singularidades teóricas e históricas, estivessem sendo interpeladas por uma problemática comum e transversal: já não seria a hora de repensarmos essa pretensão apolítica, a-histórica e acrítica da escuta clínica e questionarmos a recusa reiterada de suas organizações representantes em pensar os determinantes sociais da saúde mental, bem como os atravessamentos desses determinantes nos seus modelos de formação profissional?

Isso nos leva a outros questionamentos sobre a psicologia clínica, inclusive de natureza epistemológica: será que consideramos a ciência mais precisa quando não está “poluída” de mundo? Consideramos impura uma escuta que envolve os marcadores sociais da diferença em seu quadro de análise? Marcadores da diferença desde a perspectiva de Brah (2006), que os compreende a partir de uma análise contingencial, entre aspectos pessoais,

sociais e históricos, relacionados a como não só construímos um senso de “eu”, mas de “outro” – sendo, portanto, um lugar de poder. Quando ignoramos esses marcadores, estamos presumindo que nossos pacientes não têm cor, sexualidade, corpo e gênero? Em caso de resposta positiva a essa última pergunta, que seguramente não é fácil de ser respondida, estaríamos evitando falar sobre relações de poder sob o pretexto de uma caricata “democracia psíquica”? Afirmada por quem? A serviço de quê?

Tomando esses questionamentos como ponto-de-partida, este artigo mapeia e propõe algumas reflexões sobre as recentes iniciativas que têm interpelado o campo da psicologia clínica desde a perspectiva dos marcadores sociais da diferença. Dado o caráter recente e minoritário desses movimentos, bem como a insuficiência de estudos acadêmicos publicados sobre o tema, consideramos que a busca em bases de dados tradicionais seria pouco adequada para os propósitos de nossas análises. Em vez disso, acionamos colegas envolvidos na Rede de Escutas Marginais (REM) e utilizamos ferramentas de buscas em redes sociais, tais como o *Facebook* e *Instagram* para localizarmos grupos, organizações e coletivos. Demos destaque às psicologias que se adjetivam para fazer frente ao pressuposto de uma psicologia “neutra”, identificando como se apresentam, seus objetivos e algumas de suas estratégias de oposicionalidade. Nosso objetivo não é apresentar uma análise exaustiva, mas destacar exemplos que nos parecem representar bem os principais aspectos desse fenômeno recente.

A seguir, compilando críticas lançadas às políticas de identidade em diferentes momentos históricos, advindas principalmente do campo dos estudos *queer*, da psicanálise e da teoria crítica, elencamos alguns possíveis desafios, limites e riscos envolvidos nessas novas propostas: seria a adjetivação da psicologia uma nova forma de essencialismo? Poderiam elas de fato evitar a reprodução acrítica de normatividades no espaço clínico? Que tipo de promessa é veiculado por essas psicologias ao se adjetivarem? Por último, oferecemos nossa visão sobre esse recente debate e sugerimos algumas direções para novas pesquisas sobre o tema. O objetivo desse segundo momento não é responder tais questões categoricamente, mas caracterizar, de maneira ensaística, essa nova geração de psicologias adjetivadas como um campo a ser investigado criticamente pela psicologia, bem como apontar possíveis direções para futuras pesquisas.

Vale ressaltar que os autores deste artigo são ambos, além de pesquisadores, psicólogos que vêm há algum tempo refletindo sobre as implicações dos marcadores sociais em sua escuta. Essa escrita é impulsionada por inquietações surgidas no dia a dia da prática clínica, o que engloba não só os atendimentos a pacientes, mas também trocas com colegas,

grupos de estudo e supervisão, trânsitos institucionais e a própria experiência, estimulante e angustiante, de habitar um campo em profunda transformação.

Psicologias Adjetivadas

Como mencionamos, longe de se tratar de algo isolado, outras iniciativas têm se juntado à *PerifAnálise*, dando corpo a esse desconforto que atravessa diferentes grupos. É esse o caso da Clínica Aberta, também de São Paulo – SP, uma organização voltada a realizar atendimentos “para além do consultório privado, de forma acessível e ampla na vida da cidade, intervindo nas condições de vida existentes a partir do entendimento do que é a vida inconsciente” (Clínica Aberta de Psicanálise, 2017). Com atendimentos gratuitos aos sábados, a Clínica Aberta explica seu funcionamento devido ao aumento de impasses políticos, econômicos e ecológicos que convidam a psicanálise a um deslocamento.

Em perspectiva similar, surge o Margens Clínicas, coletivo de São Paulo que no princípio fornecia assistência a vítimas de violência policial, mas estendeu esse serviço à oferta de escuta clínica a populações moradoras de territórios periféricos. Entende-se “escuta” não como um ato filantrópico, mas como um método de reparação à violência estrutural de Estado, articulado às políticas públicas de Saúde (SUS) e à Assistência Social (SUAS). Na perspectiva do Margens Clínicas, a hostilidade institucional que o Estado relega às periferias gera silenciamento e objetificação, que tiram dos corpos a potência de vida e aumentam seu estado de vulnerabilidade.

Para alcançar seus objetivos, o coletivo tenciona criar metodologias comunitárias, recuperar memórias coletivas, fortalecer laços de cuidado e aquilombamentos, tudo isso situando a saúde mental como algo que extrapola o foro íntimo, da consciência individual, para entendê-la conforme um artefato culturalmente produzido (com interfaces políticas, históricas, territoriais e sociais). Fazendo oposição à figura do profissional isento, acompanhamos outras organizações que possuem projetos parecidos, como é o caso do Instituto Sankofa, grupo carioca que tem como referência as ideias e ações da psicologia preta, um braço da psicologia africana: “o projeto visa visibilizar outras matrizes culturais que formam a sociedade brasileira, em especial a negra, além da importância de estar atentos aos impactos do racismo na saúde mental da população negra” (Sankofa, 2018).

Autoras como Gouveia e Zanello (2019) também escrevem sobre a psicologia das relações raciais, referindo-se a ela enquanto uma abordagem guiada pelo paradigma afrocentrado, voltado especialmente a questionar o universalismo do pensamento europeu.

Postulando sobre os expoentes do campo crítico a essa saúde mental pálida, as pesquisadoras dialogam com os trabalhos de Neusa Santos Souza, Maria Aparecida Bento e Isildinha Nogueira, na busca por uma leitura sociológica e analítica dos fenômenos racismo e negritude. Gouveia e Zanello (2019) abordam ainda outros aspectos, como o currículo e a formação psicológica, que permanecem indiferentes às distintas posições sociais ocupadas por negros e brancos.

Percebe-se como a alienação racial, comumente associada a um estado de incompreensão da própria experiência, não se reduz à subjetividade, mas pode ser uma crítica aplicada à psicologia enquanto uma instituição que, apesar de racializada, não se reconhece como tal. A incipiência de processos pedagógicos que sejam capazes de nos guiar para uma reparação civilizatória, em termos raciais, faz com que o impacto do racismo no Brasil permaneça ecoando efeitos nocivos à vida dos descendentes de africanos (Alves et al., 2015). Diante da privação de instrumentos técnicos que enfrentem as relações de poder entre brancos e negros, o que se observa é uma psicologia que naturaliza a desigualdade.

Com o foco em desnaturalizar essa assimetria, a psicologia preta, associada, sobretudo, aos trabalhos de Veiga (2019), corresponde a uma prática de recusa: rejeita-se o inconsciente colonial que é apresentado como superior, mais saudável, mais adaptável, mais desenvolvido. A psicologia preta deposita parte de suas críticas à importação acrítica das ciências psíquicas no território brasileiro, que vieram acompanhadas por questões filosóficas, políticas e econômicas coloniais. Cenário encarregado de fazer com que Veiga (2019) postule que a psicologia brasileira é branca por permanecer operando conceitos criados para o manejo das subjetividades brancas.

Na construção da psicologia preta, aponta-se que a nosologia que guia a escuta do profissional está fundamentada na dinâmica do colonizador, ou seja, um estudo baseado na branquitude-patriarcal-europeia (Veiga, 2019). Uma área que busca visibilidade na saúde mental pelo menos desde a década de 1940, quando a psicanalista e cientista social Virgínia Bicudo defendeu sua pesquisa de mestrado intitulada *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*. Sobre seu trabalho, o cientista social Silva (2011) lembra que Bicudo se deparou com um contexto pós-abolição em que negros e mulatos possuíam lugares e identidades pré-estabelecidos: “são o negro e o mestiço quem têm que se haver com a criação das categorias do branco, quem têm de lidar com seus destinos e operar social e mentalmente com os processos e categorias coletivas que lhes foram impostas” (p. 441).

O racismo deixa de ser lido como algo das relações, passando a ser interpretado conforme algo que cria as relações. Dito de um modo simples, o racismo produz uma cultura

(Silva, 2011). Não estaria a psicologia inserida nela? Bicudo (1945) examina o cotidiano de pessoas negras, os processos educacionais, familiares, culturais, dando foco à vida pública das relações raciais, para entender o que faz com que esses sujeitos sejam entendidos como “fora de lugar” – em outras palavras, desprovidos da condição de agência. O racismo, portanto, extrapola qualquer domínio, tanto psíquico quanto social, em seu objetivo de produzir subalternidade.

Ao lado da psicologia preta, a psicologia africana se ocupa dos significados que damos aos fenômenos culturais (Alves et al., 2015), relacionados em particular às categorias “sujeito” e “epistemologia”. Quem produz o conhecimento que acessamos? O que esse conhecimento produzido faz com a vida? Tornamo-nos sujeitos a partir de quais saberes? É por sermos produzidos no meio desse caldo que a psicologia africana vai depositar parte do seu entendimento de saúde na potência do simbolismo e da espiritualidade (Nascimento, 2009), dois paradigmas acionados para ressignificar a linguagem que aprendemos para falar sobre o mundo. Trata-se de afetos e representações compartilhados culturalmente e que, na perspectiva da psicologia africana, criam a realidade anti-negra em que vivemos, sobre a qual o campo da saúde mental deveria manifestar interesse.

Rompendo a tradição de intervenções um-a-um, onde o *setting* terapêutico poderia ser encarado como o principal veículo de cuidado, as psicologias adjetivadas recusam saídas simples. Assumem a mudança dos valores civilizatórios como um complexo exercício de oposição aos assujeitamentos conservados por diferentes saberes brutalizantes. Um dos grandes agentes da psicologia africana, Nobles (2009), preconiza que tal campo ganha vida justamente no processo de entender e interrogar a categoria do humano. Uma sofisticada estratégia para atravessar o compromisso mortífero que a saúde mental instaurou com a conformação de corpos e subjetividades. Afinal, o que a existência de psicologias racializadas, engendradas e aleijadas (Mello & Nuernberg, 2012) dizem sobre a ciência que temos? A “verdadeira” psicologia é a que desconsidera o terreno da identidade?

Na proposição de um câmbio discursivo, onde os enfrentamentos aos velhos modos de aculturação também podem ser encontrados, surge a psicologia feminista. Saldanha (2018), figura atuante neste amplo campo, estimula a discussão voltada ao Brasil, trazendo-a enquanto uma crítica a postulados que produzem hierarquia. A violência contra mulheres, em uma cultura receosa com um possível declínio da imagem do provedor, da “autoridade” religiosa e científica do homem, exige de nós o treino de uma escuta atenta ao gênero e à sexualidade, que precisam ser flexionados de modo crítico.

Dar-se conta desses dispositivos não seria, todavia, uma tarefa fácil, dado que o grande propósito de um dispositivo é exatamente ocultar a própria origem, dando a si mesmo um caráter natural. A psicologia feminista, na perspectiva de Saldanha (2018), torna-se imperativa num contexto brasileiro caracterizado por altos índices de feminicídio. Por isso, precisa ser uma prática atenta a postulados que produzem hierarquias, como é o caso do sexismo. Tem como proposta central a recuperação da saúde de mulheres adoecidas, relacionado ao que Saldanha (2018) sistematiza como adoecimentos causados por um sistema patriarcal. Entretanto, para que isso aconteça, seria preciso atravessar o conservadorismo acadêmico, que consideraria alienígena a participação do feminismo em processos de saúde mental. Seria a prática feminista um desafio aos aculturamentos tradicionais?

Com leituras célebres de intelectuais como Judith Butler, Simone de Beauvoir, Hélène Cixous, Elisabeth Badinter, Joan Scott, Eve Sedwick, Gayle Rubin, Deleuze e Guattari, Michel Foucault e Paul Preciado, a psicologia feminista se lança em direção a uma perturbação epistêmica, na busca por posicionar um saber até então apresentado como neutro. Assim é que o currículo passa a ser objeto de intervenção para esse campo, devido ao entendimento de que a leitura exclusiva de pesquisadores homens não é espontânea, mas fruto de uma profunda negociação com o que compõe o paradigma da intelectualidade: eurocêntrico, branco, masculino.

A psicologia feminista, portanto, busca atuar através de múltiplas frentes, dentre as quais três possuem especial destaque: 1) subjetivo-psicológica, 2) social-jurídica e 3) cultural-simbólica. Essa tríade pretende incorporar a dimensão pessoal, com intervenções voltadas a um reposicionamento subjetivo face ao sofrimento psíquico, a dimensão coletiva, a respeito das garantias sociais e legais da cidadania da mulher, e também a dimensão dos significantes de dado contexto, atuando na desconstrução de estereótipos e representações que sustentam a desigualdade sexual. Esse é o triângulo que a obra de Saldanha (2018) rastreia, ao analisar como a atuação de profissionais de psicologia engajados com o feminismo não é restrita a um olhar individualizante, mas a uma leitura complexa da sua existência.

O campo do feminismo na saúde mental buscou indagar o lugar da mulher que, até então, era referida na literatura falocêntrica como alguém de baixa complexidade subjetiva, sem intelectualidade, sem futuro, frígida ou histericamente insatisfeita. Havia um interesse em questionar o conhecimento androcentrado, explicitado na forma violenta como considerava a subjetividade feminina inferior e as mulheres, de maneira geral, inaptas ao exercício do pensamento complexo. Tendo suas condições de agência limitadas, mulheres estavam à mercê de teorizações arbitrárias e especulativas sobre seus processos psíquicos (Horney, 1967).

Contra esse cenário acadêmico, clínico e político, as psicologias adjetivadas dão indícios de se comprometer com a desidentificação, desassociando-se das linearidades (mulher + homem = civilização) e caminhando para um giro ético, onde os discursos institucionais (o poder médico, jurídico, pedagógico e suas alianças normativas) passam a ser desautorizados. Dito de outro modo, diferentes marcos na história do feminismo demonstram como a evolução do conceito de gênero é intrinsecamente informada por crises no pensamento feminista. Essa também é uma crise institucional para o campo da saúde mental.

A desconsideração de questões raciais em certos debates feministas foi problematizada ao longo do século XX, culminando na emergência de um feminismo negro, distinto do mulherismo africano, que bebia da filosofia de autoras como Hooks (1992) e Lorde (2019). Pactos com outras matrizes, como heteronormatividade e nacionalismo, intercederam pelo aparecimento de um feminismo interseccional, com Brah (2006) e Anzaldúa (2005) na linha de frente de perspectivas sobre compartilhamento de opressões, fronteiras da identidade (mestiça, imigrante) e da diferença. Outros pactos, com plataformas coloniais e do orientalismo, motivaram o surgimento de um feminismo pós-colonial, com Spivak (1985) e Mohanty (1984) traçando rotas habitáveis contra a subalternidade.

Mas “qual psicologia? Qual feminismo?”, pergunta Saldanha (2018) às muitas psicologias feministas, que buscam lidar com a multiplicidade de variáveis que intervêm na configuração do social (Nogueira, 2017). Seja como psicologia feminista ou como psicologia interseccional, o que está em discussão é como a saúde mental consegue ser socializada por diferentes saberes, que não trazem à tona somente outras concepções de sujeito, mas outros processos de subjetivação. Rubin (1975) postulava que a psicanálise era um feminismo que não chegou a se configurar plenamente como tal. Sua análise sugeria que nós passássemos a estranhar o familiar abrigo simbólico das rápidas associações entre “natureza” e “heterossexualidade”. Não estaríamos, também, rejeitando rapidamente algo que sequer tivemos tempo de escutar?

Outra forma de adjetivação da psicologia que vem ganhando popularidade recentemente são as chamadas psicoterapia afirmativas dirigidas à população de lésbicas, gays e bissexuais. Apresentadas ao contexto brasileiro por Borges (2009), e desenvolvidas atualmente em diálogo com distintas linhas teóricas da psicologia clínica (Leite & Catelan, 2020; Mussi & Malerbi, 2020), as psicoterapias afirmativas podem ser definidas como um conjunto de diferentes práticas acionadas no atendimento de pacientes gays, lésbicas e bissexuais, como, por exemplo, perguntar sobre experiências de discriminação e questionar estereótipos negativos.

Historicamente, as práticas não-heterossexuais ou não-reprodutivas recebiam o rótulo de perigosas, insalubres, promíscuas, enquanto aquelas voltadas à “continuidade da espécie” integravam um projeto civilizatório respeitável, desejável. Essa violência se torna responsável por um quadro sintomatológico que Borges (2009) vai considerar ao defender que psicoterapeutas não tenham uma postura de julgamento frente a pacientes homossexuais. Trata-se de um trabalho mais voltado a acolhimento e fortalecimento da autoestima, que tenta reconstruir a gênese do sofrimento, responsabilizando também as forças homofóbicas pelos diferentes graus de danos causados pela heteronormatividade.

Adjetivar a Psicologia?

Para considerarmos as potencialidades e limites dessas variadas adjetivações, é preciso retomar um pouco da história de nosso campo. A psicologia ganha seus primeiros contornos científicos em meados do século XIX, atrelada ao ordenamento biopolítico dos Estados modernos europeus e à consolidação do capitalismo industrial em seus domínios. Nas fábricas, salas de aula e hospitais, a psicologia auxiliou no controle das condutas individuais e coletivas, fornecendo um conjunto de saberes e técnicas voltadas à disciplinarização dos corpos e à produção de uma subjetividade interiorizada, objetivável e, sobretudo, dócil (Rose, 2008). No Brasil, os saberes *psi* também tiveram papel importante na disseminação de teorias racialistas e na patologização da homossexualidade. Sob nomenclaturas aparentemente neutras, tais como “*self*”, “consciência”, “comportamento”, importadas com avidez dos países de primeiro mundo, observamos o surgimento de uma grande taxonomia voltada a classificar o que seria um desenvolvimento cognitivo e emocional saudável, sendo a sexualidade, a raça, o gênero e a classe elementos de grande valor na medição de uma população apta à ordem e ao progresso (Santos et al., 2012; Green, 1999).

Ao longo do século XX, a ampliação dos campos de atuação, o contato com teorias críticas e o diálogo com movimentos minoritários levaram a psicologia a uma virada crítica, movimento por meio do qual psicólogos e psicólogas passaram a refletir mais detidamente sobre a implicação política da profissão e a necessidade de uma maior contextualização da prática da psicologia com o contexto latino-americano (Lacerda Jr., 2013). Traçou-se, no bojo desse movimento, o que alguns autores denominam de paradigma materialista-histórico e paradigma ético-estético-político da psicologia, e é também como uma herança desse processo que entendemos hoje, ao menos em parte, a multiplicação de psicologias “adjetivadas”.

Ao se nomearem feministas, trans, pretas, indígenas, o que todas essas psicologias fazem, em primeiro lugar, é denunciar a longa história de cumplicidade da psicologia com perseguição, patologização e exclusão das populações minoritárias no Brasil e no mundo. As psicologias adjetivadas mostram como ideais terapêuticos de “cura” e “bem-estar” não raramente se orientam rumo a um *telos* branco, masculino, heterossexual e reprodutivo, patologizando, por tabela, subjetividades e formas de vida dissidentes. Tudo isso valendo-se de jargões e metodologias científicas que mantêm inacessíveis os termos necessários para visibilizar o caráter político desse processo.

Uma avaliação preliminar indica que a multiplicação de coletivos, grupos e movimentos adjetivando a psicologia, ou pelo menos se associando a termos como diversidade, interseccionalidade, etc., talvez seja um indício de que essa era uma demanda represada, um assunto que, ao começar a ser nomeado, deu vazão para uma série de inquietações históricas que agora encontram mais espaço para se expressar. Isso não significa, contudo, que as psicologias adjetivadas consigam de fato colocar na prática o que sustentam em seus discursos. São iniciativas variadas entre si, e que certamente enfrentam limites e desafios próprios às suas particularidades. Nas próximas páginas, nos deteremos nas críticas que apontam alguns dos riscos envolvidos na adjetivação das psicologias, com o fim de aventar algumas direções para a continuação de pesquisas sobre essas vertentes.

A primeira crítica possível, claro, é o fato de que a adjetivação sempre corre o risco de reproduzir uma “metafísica da substância”, o que acontece quando se associa a particularidade em questão à suposta essência de um indivíduo ou grupo (Butler, 2018). Perspectivas essencialistas tendem a oferecer respostas simples a problemas complexos, individualizando questões coletivas, naturalizando processos históricos e reificando categorias identitárias que, em realidade, foram forjadas em meio a relações de poder, dispositivos. Como argumentou Spivak (Darius et al., 1993), posicionamentos essencialistas podem ser estratégicos em determinados contextos, desde que se entenda o caráter contingente, temporário e retórico desses esforços. Caso contrário, o que acontece é a reificação de identidades e novas exclusões, na medida em que a afirmação de um marcador social tende a obscurecer a ação de outros, o que gera a necessidade da afirmação de novos posicionamentos mais especializados, e assim sucessivamente até que seja ameaçado o próprio princípio de união motivador da estratégia.

Um exemplo das problemáticas relacionadas à metafísica da substância são as questões em torno de quem seria o *sujeito* das psicologias adjetivadas: uma clínica feminista é feita necessariamente por mulheres, ou para mulheres? O enegrecimento da escuta não

interessa também a terapeutas e pacientes brancos? Leituras institucionais sobre a heterossexualidade e cisgeneridade cabem somente no atendimento a pacientes gays e trans, respectivamente?

Em termos gerais, o desafio está colocado em como estabelecer uma psicologia oposicional sem que ela mesma se torne uma psicologia “alternativa” ou “especializada”. No caso das psicologias adjetivadas por marcadores étnico-raciais – como, por exemplo, psicologias decoloniais, pretas e indígenas – o desafio está em estabelecer uma crítica ao eurocentrismo implícito na psicologia convencional sem que se reproduzam outras formas de etnocentrismo. Já no caso das psicologias adjetivadas por marcadores de gênero e sexualidade, o desafio é desconstruir os parâmetros cis-heteronormativos de desenvolvimento humano, sem que isso se resuma a fornecer outros modelos de funcionamento psíquico sintonizados com a população LGBT.

Um dos riscos de um modelo alternativo de funcionamento psíquico é a reprodução de padrões de normalidade e modelos de desenvolvimento psicológico em uma escala minoritária. A nosso ver, esse é o caso de alguns modelos de psicoterapia afirmativa, como o proposto por Borges (2009), cujo objetivo principal é ajudar os pacientes a desenvolver uma “identidade homossexual positiva”. Esses modelos costumam se basear em escalas de autoaceitação que vão da “confusão da identidade” até a “síntese de identidade”, passando por etapas intermediárias da tolerância e orgulho. Embora ressaltem que o processo terapêutico não se dá necessariamente nessa ordem, e tampouco precisa passar por todos os estágios mencionados, é nítido que o momento de “confusão de identidade” é considerado regressivo e menos desejável, enquanto a “síntese de identidade” é descrita como um estágio de evolução e amadurecimento emocional. Consideramos que o uso acrítico desse tipo de escala pode acabar reforçando não só um modelo de identidade gay mais desejável – dinâmica que alguns autores *queer* têm nomeado por “homonormatividade” (Duggan, 2002) –, como também estabelecendo um protótipo de desenvolvimento psicosssexual calcado em um ciclo de vida aos moldes do que já conhecemos na vida heterossexual.

Em outras palavras, quando um certo modelo de “identidade homossexual positiva” é imposto, menospreza-se de antemão outras formas de experienciar a homossexualidade que não passam necessariamente pela afirmação de uma identidade, o que indica como os processos de normalização e disciplinarização dos corpos podem muito bem continuar se reproduzindo mesmo nas psicologias “adjetivadas”. Se a ideia é combater modelos psicoterapêuticos heteronormativos por patologizar modos de vida que não se orientam pelas balizas heterossexuais de desenvolvimento humano (casamento, reprodução, família,

monogamia, transmissão geracional, etc.), é necessário que se evite que as terapias afirmativas confirmem àqueles que não seguem corretamente as etapas da autoaceitação um estigma revestido por nomes técnicos, como “homofobia internalizada” (Kveller, no prelo).

E por falar em “positivação das identidades”, vale notar que a promessa de positivação da identidade minoritária – no caso da psicoterapia afirmativa, identidade gay, mas poderíamos supor algo parecido no orgulho negro e nas políticas de empoderamento, de maneira geral – encaixa-se muito bem às diretrizes das recentes políticas neoliberais de inclusão e estímulo à diversidade. Como argumentou Fraser (2017), essas políticas tendem a separar a demanda por reconhecimento de *status* das demandas por redistribuição econômica, e, atendendo apenas às primeiras – geralmente de maneira assimilacionista, mas não transformadora –, acabam por enfraquecer as críticas ao sistema capitalista. Para Halberstam (2020), a própria imagem dos gays e lésbicas bem-sucedidos profissionalmente, juntamente à abertura de um circuito de mercado focado no público LGB, são indícios de que a lógica de “positivação das identidades homossexuais” pode estar permeada por uma ideologia meritocrática e capitalista. Seguindo esse raciocínio, poderíamos questionar se as psicoterapias afirmativas estão engajadas em um ideal “emancipatório” real ou se seguem operando como engrenagens do “dispositivo da sexualidade” (Foucault, 2012) em sua versão contemporânea, quando já não se busca mais “curar” as sexualidades desviantes tanto quanto encaixá-las bem às demandas do neoliberalismo progressista.

Um campo de análise promissor para esses fenômenos são as estratégias de publicidade e propaganda adotadas por psicólogos em redes sociais nos últimos anos. Como sabemos, a pandemia do Covid-19 fez com que muitos profissionais migrassem os atendimentos para plataformas online, e isso promoveu uma reconfiguração do mercado. Muitos terapeutas perceberam rapidamente que poderiam agora receber pacientes de outras localidades – inclusive de outros países –, o que fez com que se tornassem estratégicas novas formas de publicidade além do já conhecido boca-a-boca. Vimos uma proliferação de perfis profissionais com dicas, podcasts, divulgação científica com o objetivo de atrair possíveis novos clientes, às vezes inclusive contando com a divulgação patrocinada em redes sociais.

Nesse novo contexto – cujos meandros ainda estamos longe de entender completamente – nos parece importante perguntar sobre os múltiplos papéis e funções operadas pelas psicologias adjetivadas. No início deste artigo, sugerimos que a disseminação dessas iniciativas pode ser entendida como uma resposta ao avanço da extrema direita no cenário político brasileiro; sem negar a importância da hipótese, gostaríamos de sugerir adicionalmente que as psicologias adjetivadas também podem funcionar nesse momento de

“instagramização da psicologia” como uma forma de autopromoção e propaganda. Em nossa circulação pelos ambientes virtuais, vemos que muitos psicólogos se apresentam como especialistas (em população LGBT, na população negra etc.), veiculando, às vezes implicitamente, uma promessa de que saberão escutar melhor as demandas de seus pacientes, com mais sensibilidade e empatia, e que, por haverem eles mesmos vivenciado situações de opressão, seriam terapeutas mais bem preparados. A questão aqui não é se essa promessa é verdadeira ou falsa, tampouco é definir se a adjetivação é puramente emancipatória ou puramente reificadora, mas salientar a complexidade desse fenômeno e os múltiplos fatores envolvidos.

Por fim, parece-nos importante mencionar a crítica esboçada por Santos e Polverel (2016) no artigo *Procura-se psicanalista segurx: Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica*. Segundo as autoras, há uma contradição fundamental entre a promessa de um “espaço seguro” veiculada – nem sempre de maneira deliberada – por terapeutas que se apresentam como “progressistas”, “feministas” ou “LGBT”, e a dinâmica do processo psicanalítico, que, lidando com traumas, fantasmas, repetições e conteúdos nem sempre agradáveis do ponto de vista moral, não pode garantir um controle prévio sobre os temas abordados. Justamente pelo contrário: em certa medida, parte das condições de possibilidade de uma análise é a abertura a surpresas e uma disposição para enfrentar aquilo que nos é mais perturbador, inclusive conteúdos relacionados a violências estruturais e marcadores sociais da diferença. Infringido a associação livre, regra fundamental da psicanálise e garantidora dessa abertura, uma terapia com “alerta de gatilho” seria na melhor das hipóteses inócua, e, na pior das hipóteses, uma enganação.

Últimas Considerações

O embate entre políticas de identidade e filosofias da diferença não é um tema novo nas humanidades, e mesmo no campo da psicologia já há uma quantidade de publicações considerável sobre os desafios colocados por questões gênero, raça e sexualidade à prática clínica. Entretanto, não nos parece produtivo encerrar o assunto das psicologias adjetivadas repetindo uma vez mais as conhecidas formulações e jargões sobre essencialismo, como se o que assistíssemos hoje não fosse nada além de uma reedição das políticas de identidade dos anos 1980, 1990 e 2000. Tampouco nos parece estratégico saudar o aparecimento dessas iniciativas sem analisá-las criticamente. Com tantos pontos em aberto, e sendo esse processo de adjetivação bastante recente e multifacetado, o que nos parece fundamental é sustentar

indagações. Ao invés de prematuramente correremos para julgar se essas novas terapias, novas psicologias são boas ou ruins, carregadoras de uma promessa de redenção, ou mensageiras do apocalipse, parece-nos mais importante, por ora, entender o que tem motivado suas criações, o que elas de fato produzem, tanto clinicamente, quanto institucionalmente, e como o campo da psicologia clínica tem sido perturbado por seus discursos e práticas.

Entendemos que esse processo não é simples. As psicologias adjetivadas tocam em pontos sensíveis dos estudos culturais e das políticas relacionadas aos marcadores sociais. Diante de um longo histórico de pesquisas sobre o tema, e de um cenário político convulsionado, é tentador que se resolvam as angústias envolvidas no tema com uma qualificação apressada sobre seu valor político e técnico. Além disso, como argumentou Sedgwick (2020), a consagração da “hermenêutica da suspeita” como método privilegiado de investigação nas ciências humanas nos acostumou a nos colocarmos em uma posição de desconfiança em relação ao significado político dos objetivos de pesquisa. Chegamos a um ponto em que parece que não há um caminho possível de análise que não passe por categorizar nosso objeto como progressista ou conservador, liberador ou repressor, emancipatório ou reificador.

Em contraposição a esse método, identificado como paranoide, Sedgwick propõe um modo de leitura reparador, baseado na aceitação da ambiguidade, da fragmentariedade e da abertura às surpresas que o percurso investigativo pode fornecer. Mais do que oferecer esquemas de interpretação profundos e totalizantes, a leitura reparadora se foca na descrição densa, nas conexões, na ênfase à dimensão afetiva da pesquisa, na compreensão matizada dos fenômenos analisados, e na recusa de encaixá-los em esquemas avaliativos pré-estabelecidos. A nosso ver, esse nos parece um caminho mais produtivo para pensarmos as psicologias adjetivadas, pelo menos nesse momento. Nossa sugestão é de que foquemos menos em avaliá-las e mais em conhecê-las com maior proximidade e detalhe. Quem está propondo? O que está propondo? Como? Para quem? Quem acessa? Que efeitos se produzem? Como a psicologia tradicional tem sido desafiada nesse processo? Como os adjetivos transformam a psicologia? Como diferentes adjetivos se sobrepõem?

É claro que não se pode pensar em uma pesquisa puramente reparadora. A própria Sedgwick (2020) admitia que não há ciência sem uma dose de suspeita, inquietação e ansiedade. O importante é não deixar que o ímpeto paranoico solape as ambiguidades, as nuances e as multiplicidades, da mesma maneira com que precisamos evitar que a angústia do contexto atual nos impeça de nos surpreender – inclusive positivamente – com o que há de novo nessas psicologias adjetivadas.

Mapeando as psicologias adjetivadas, bem como as implicações possíveis, este artigo teve a intenção de localizar um campo problemático, mais do que propor uma síntese. Esperamos que em breve tenhamos mais estudos e relatos de experiência para nos ajudar a pensar as psicologias adjetivadas, suas potencialidades e fragilidades, e o modo como esses adjetivos têm transformado, talvez de formas irreversíveis, o substantivo “Psicologia”. Quem sabe, enquanto estivermos à procura desse tom, precisaremos de um estranhamento otimista, resultado da capacidade de ver a alteridade não mais como uma estrutura fechada e estática, mas como um modo crítico de interrogar a vida, logo, de interrogar as relações de poder.

Referências

- Alves, M., Jesus, J., & Scholz, D. (2015). Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: Reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. *Saúde em Debate*, 39(106), 869-880. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030025>
- Anzaldúa, G. (2005). A consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 691-703. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014>
- Bicudo, V. (1945). *Estudo de Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Escola Livre de Sociologia e Política.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329-376. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- Borges, K. (2009). *Terapia afirmativa: Uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais*. Edições GLS.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. José Olympio.
- Carrançá, T. (2021, Janeiro 1). PerifAnálise: Psicanalistas periféricos querem que profissão deixe de ser coisa de elite. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55502884>
- Clínica Aberta de Psicanálise. (2017, Julho). *Psicanalistas pela Democracia*. <https://psicanalisedemocracia.com.br/2017/07/clinica-aberta-de-psicanalise/>
- Cuéllar, D. P. (2012). Nuestra psicología y su indignante complicidad con el sistema: Doce motivos de indignación. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (2), 202-209. <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/97>
- Danius, S., Jonsson, S., & Spivak, G. C. (1993). An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. *Boundary 2*, 20(2), 24-50. <https://doi.org/10.2307/303357>

- Duggan, L. (2002). The new homonormativity: The sexual politics of neoliberalism. In R. Castronovo, & D. D. Nelson (Ed.), *Materializing democracy: Toward a revitalized cultural politics* (pp. 175-194). Duke University Press.
- Foucault, M. (2012). *História da sexualidade: A vontade de saber*. Graal.
- Fraser, N. (2017). Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: Uma resposta à Judith Butler. *Idéias*, 8(1), 277-294. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019>
- Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: Experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, 24(2), 2-15. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>
- Green, J. N. (1999). *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Unesp.
- Guirado, M. (2010). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. Annablume.
- Halberstam, J. (2020). *A arte queer do fracasso*. CEPE.
- Hooks, B. (1992). *Black Looks: Race and representation*. South End Press.
- Horney, K. (1967). The distrust between the sexes. In K. Horney, *Feminine Psychology* (pp. 107-118). Norton.
- Kveller, D. (2022). *Dissidências sexuais, temporalidades queer: Uma crítica ao imperativo do progresso e do orgulho*. Devires.
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (3), 216-263. <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/110>
- Leite, M., & Catelan, R. F. (2020). Terapia familiar afirmativa com lésbicas, gays e bissexuais. *Pensando famílias*, 24(1), 239-254. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100017
- Lorde, A. (2019). *Irmã Outsider: Ensaios e Conferências*. Autêntica.
- Margens Clínicas. (2018, Outubro). *Rede para Escutas Marginais*. <https://rem.margensclinicas.org/#carouselTrema>
- Mello, A., & Nuernberg, A. (2012). Gênero e deficiência: Interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 635-655. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>

- Mohanty, C. (1984). Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary* 2, 12(3), 333-358. http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf
- Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22, 1-19. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>
- Nascimento, A. (2009). Quilombismo: Um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afrobrasileira. In E. Nascimento (Org.), *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora* (pp. 197-218). Selo Negro.
- Nobles, W. (2009) Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In E. Nascimento (Org.), *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora* (pp. 277-297). Selo Negro.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Devires.
- Pellegrino, H. (1982). Análise da instituição psicanalítica: Um caso clínico. In G. Cerqueira Filho (Org.), *Crise na Psicanálise* (pp. 29-51). Edições Graal.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9vmjdfJLFkXYLcPbRNYgnbt/abstract/?lang=pt>
- Rubin, G. (1975). The Traffic in Women: Notes on 'The Political Economy' of Sex. In R. Reitter (Ed.), *Toward an Anthropology of Women* (pp. 157-210). Monthly Review Press. <https://philpapers.org/rec/RUBTTI>
- Saldanha, M. (2018). *Sobre psicologias e psicoterapias feministas no Brasil e em Portugal* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10183/181361>
- Sankofa Psicologia. (2018). Sobre o instituto. *Instituto Sankofa Psicologia: suas raízes, seu poder*. <https://sankofapsicologia.com/sobre/>
- Santos, B., & Polverel, E. (2016). Procura-se psicanalista segurx: Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: Revista de Psicanálise*, (1), n.p. <https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>
- Sedgwick, E. K. (2020). Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. *Remate de Males*, 40(1), 389-421. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8658630>
- Silva, M. (2011). Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Sociedade e Estado*, 26(2), 435-445. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200020>

Spivak, G. (1985). Can the Subaltern Speak? Speculations on Widow Sacrifice. *Wedge*, 7(8), 120-130.

Veiga, L. (2019). Descolonizando a psicologia: Notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 244-248. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

Endereço para correspondência

Sofia Favero

Rua Ramiro Barcelos, 2600, Floresta, Porto Alegre - RS, Brasil. CEP 90035-002

Endereço eletrônico: sofia.favero@hotmail.com

Daniel Boianovsky Kveller

Rua Ramiro Barcelos, 2600, Floresta, Porto Alegre - RS, Brasil. CEP 90035-002

Endereço eletrônico: dkveller@gmail.com

Recebido em: 28/04/2022

Reformulado em: 11/08/2022

Aceito em: 25/08/2022

Notas

* Doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

** Professor substituto no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.